Estado do Rio Grande do Pul Câmara Municipal de Vereadores Santo Expedito do Sul

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE PARECERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETOS DE LEIS: PL LEI COMPLEMENTAR 04/2023 E PL 015/2023.

ASSUNTOS: ALTERA A CARGA HORÁRIA E O PADRÃO DE REMUNERAÇÃO DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL; DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA, INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OBJETO: PARECER DA COMISSÃO

SENHORA PRESIDENTE,

SENHORES VEREADORES,

Foi submetido a esta Comissão, nos termos do Art. 47 § 3º do Regimento Interno, para exame do PL de Lei Complementar nº 04/2023 altera a carga horária e o padrão de remuneração do cargo de Engenheiro Civil, PL nº 015/2023, dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura, institui o Conselho Municipal de Cultura e da outras providências.

Os PLs está(ão) em tramitação nesta Comissão em atendimento às normas regimentais, que disciplinam sua tramitação, estando, sob a responsabilidade desta Relatoria para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade, constitucionalidade e regimentalidade.

O PL, quanto à sua constitucionalidade, atende aos requisitos a si aplicáveis, constante na Lei Magna Pátria, especialmente o art. 23, V, que estabelece como competência comum ao <u>Município</u>, Distrito Federal, Estados e União "proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação".

Efetivamente, observa-se que os PLs versam sobre assunto de interesse local, observando, desta maneira, o disposto no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que prevê a competência para o Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Câmara Municipal de Santo Expedito do Sul Rua Luiz Slongo, 220 - Centro - 99895-000 - Santo Expedito do Sul - RS



Estado do Rio Grande do Sul Câmara Municipal de Vereadores Santo Expedito do Sul

Especificamente quanto a competência municipal para legislar sobre a matéria em questão, convém destacar, ainda, o disposto no Art. 30, I, que determina que cabe "ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Considerando os fundamentos legais e constitucionais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, esta Relatoria, considerando o debate dos PLs nesta Comissão, resolve exarar este Parecer de forma favorável à tramitação da matéria.

Ver. Jaciel da Rosa Pereira; Oseias da Fonseca; Joceli Zanardi e Vagner Marino Galina. Este é o parecer.

SALA DAS SESSÕES LAURIANO TELLES DA ROSA, 05 DE MAIO DE 2023.

Ver. Jaciei da Rosa Pereira

Relator

Membro

Zanardi Ver. Vagwer Marino Gaiir

Membro Membro